

IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA RESOLUÇÃO DE PROCESSOS DE JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

TÁCIA KATIANE HALL (1), LUANE DOS ANJOS BERWALDT (1), JEANIFER TEIXEIRA CAMACHO (1), MAURICIO AMÂNCIO FILHO (1), PAULO MAXIMILIANO CORREA (1), CLAITON LEONETI LENCINA (1)

(1) - Grupo de Estudos sobre o Uso e Acesso a Medicamentos (GEUAM), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas – RS, Brasil;

INTRODUÇÃO: A assistência farmacêutica trata de um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, tendo o medicamento como insumo essencial e visando ao seu acesso e uso racional. Porém, existem limitações a sua execução, tais como as listas de medicamentos elaboradas pelo Ministério da Saúde, especialmente em relação ao Componente Especializado, onde constam os medicamentos de alto custo. Entretanto, os pacientes que não podem ser contemplados pelas políticas de distribuição gratuita de medicamentos, levam essas demandas ao Judiciário para que lhes sejam garantidos o adequado tratamento, fenômeno conhecido como judicialização. Dessa forma, em 2016 foi criado o projeto denominado “Inserção da Assistência Farmacêutica na resolução de processos de judicialização da saúde”, que tem por objetivo principal equacionar e agilizar as solicitações de medicamentos encaminhadas por meio da via judicial na Defensoria Pública Estadual – DPE. **OBJETIVO:** Este trabalho tem como objetivo mostrar a importância das atividades extensionistas desenvolvidas até o momento, bem como os benefícios trazidos a população que necessita deste serviço. **METODOLOGIA:** A solicitação para judicialização é recebida na DPE, que encaminha a consulta técnica a equipe do curso de Farmácia da UFPel. Esta equipe, vinculada ao Grupo de Estudos sobre o Uso e Acesso a Medicamentos (GEUAM), realiza a análise das informações contidas na consulta técnica. Após a análise das informações e busca na literatura, é realizado o parecer técnico que é novamente encaminhado à DPE, que dá continuidade aos trâmites do processo. O parecer técnico tem como objetivo fornecer subsídios ao Defensor Público na tomada de decisão e, em caso de ajuizamento, na qualidade do embasamento da solicitação. **RESULTADOS:** Desde o início do ano de 2020, foram elaborados mais de 115 pareceres. A realização dos pareceres visa agilizar as tramitações dos processos, fortalecendo e embasando técnico-cientificamente as demandas. A maior qualidade do embasamento teórico resulta na celeridade das tramitações e maior rapidez da decisão judicial, objetivo crucial em um cenário complexo de confronto entre, de um lado, uma grande burocracia e de outro condições de saúde em que o tempo de espera agrava as condições patológicas e, conseqüentemente, a qualidade de vida do requerente. **DISCUSSÃO E CONCLUSÃO:** As ações realizadas no projeto vem possibilitando celeridade dos processos de judicialização de medicamentos ajuizados pela DPE, fazendo com que o paciente aguarde menos tempo até a decisão final, se tornando peça fundamental na luta contra o agravamento da sua condição patológica.

PALAVRAS CHAVE: medicamentos; judicialização; assistência farmacêutica; parecer-técnico